

AVALIAR DISCURSOS PATOLÓGICOS\*

*Maria Irma H. Coudry*

*Sírio Possenti*

UNICAMP

*"Deste modo, mesmo não tendo entendido suas perguntas e instruções, Lordat compreendeu o diagnóstico de seus colegas" (Lebrun).*

Hã avanços nos estudos lingüísticos que ainda não repercutiram, como outros, nos domínios em que a linguagem é um dos pólos de uma relação interdisciplinar. O aparecimento da Gramática Gerativa Transformacional, por exemplo, impulsionou enormemente os estudos de psicolingüística, embora não necessariamente na melhor direção, mas, de qualquer forma, de maneira a propiciar um maior desenvolvimento e difusão. Não houve influência semelhante da Análise do Discurso na Neurolingüística. Esta área permanece fundamentalmente ligada, no seu pólo lingüístico, às abordagens de fenômenos da linguagem que Benveniste (1970) chama de "estudo das formas".

O objetivo deste trabalho é apresentar alguns pressupostos diversos dos da lingüística "das formas" para em seguida sugerir como, a partir deles, é possível imaginar um eventual deslocamento da noção de patológico. Em outras palavras, é possível que certos fatos revelados por testes assentados na concepção de língua como sistema de formas e considerados, a partir dela, patologias de linguagem, ou deixem de sê-lo, ou sua gravidade seja relativizado<sup>(1)</sup>. Por outro lado, é também possível que apareçam novas patologias de linguagem, já que, para a concepção que adotaremos, a linguagem não se limita às "formas". Por isso, o que há de lingüístico além das formas também deve ser avaliado. Do que decorre que seriam necessários novos tipos de procedimentos avaliativos além dos metalingüísticos (Lebrun, 1982) ou ao invés deles. Lê-se em Lebrun que "os resultados deste teste (repetição), muito utilizado, sugerem que uma modalidade verbal foi preservada, embora, na realidade, ela também tenha sido afetada. O oposto também pode acontecer: os escores de um teste tradicional poderão mostrar um distúrbio total de uma função verbal, enquanto que, de fato, somente alguns de seus aspectos estão afetados" (1983: p. 85).

Da concepção de lingüística como estudo das formas decorreu de fato (em hora isso não fosse logicamente necessário) a idéia de que conhecer uma língua é só conhecer as regras internas do sistema. Em termos de testes neurolingüísticos, isso significa avaliar o conhecimento explícito que o paciente tem da língua (nomear objetos, fornecer listas, aplicar regras gramaticais como a de negação, a de passivização, etc). Segundo a concepção de lingüística que adotaremos, decorre que saber uma língua é constituir pessoalmente enunciações e constituir-se através dela. Sabe a língua aquele locutor que exerce sua subjetividade pela linguagem, levando em conta leis sociais indicativas de processos de construções de enunciados, considerados fatores como: "who speaks (or writes) what language (or what language variety) to whom and whom and to what end?" (Fishmann, 1972: 46). Isso significa ser o falante capaz de, em situações concretas, pôr em funcionamento como sujeito as regras gramaticais e as possibilidades da língua, levando em conta, obviamente, todas as restrições decorrentes das indicações da situação de interlocução. Isso explica "como um enunciado apareceu e nenhum outro em seu lugar" nos termos de Foucault (1961: 22). O que quer dizer que é o sujeito que fala, efetivamente, e não a língua que fala através dele, como já se disse. Em termos de testes neurolingüísticos isso significa avaliar a autonomia enunciativa, a fluência verbal real em contextos reais de fala, a considerada, inclusive, a história prévia do falante. Esclarecer-se-á mais adiante o que aqui apenas se esboçou.

Deixaremos agora um pouco mais explícito o que entendemos por lingüística como estudo das formas e sua relação com os testes metalingüísticos. Esse tipo de lingüística considera que a língua é um conjunto de regras que permite construir expressões bem formadas. (Na gramática gerativa, considera-se que essas regras são de conhecimento tácito do falante). É preocupação de tal lingüística descobrir quais expressões virtuais ou reais são corretas e significativas. Seu objetivo principal é explicitar as regras que permitem a formação das expressões, descobrir categorias e classes que podem ou não co-ocorrer. Em suma, a língua é concebida como um objeto do mundo, regular, estanque, cujas regras o lingüista deve descobrir. (Ver, Franchi (1975) e Lyons (1968) a propósito da indeterminação da sintaxe). Grosso modo, o significado das expressões é concebido como uma combinatória do significado das partes, (cf. novamente Lyons, 1968 e Franchi, 1975). A rigor, só há o chamado significado literal, resultado de tal combinatória. Se se adquirir outro, será como decorrência do literal combinado com algum outro fator considerado incontrolável pelo lingüista.

Embora tendo esta concepção de língua, os próprios estruturalistas foram capazes de perceber várias funções da linguagem, além da referencial (Jakobson, por exemplo, 1960), embora não concedessem a todas o mesmo estatuto, de vez que privilegiaram o código. E nele, não seu uso, mas suas regras internas e fixas, dado que se trata de um objeto infenso à atividade do falante, segundo Saussure.

Uma das funções da linguagem é a metalingüística, ensina-nos Jakobson (ibidem), mas apenas uma delas. Talvez por causa de uma longa tradição que privilegiou a escrita, que implica uma reflexão sobre a língua, a função metalingüística tenha prevalecido sobre as demais. Apesar de a lingüística moderna ter conferido estatuto

destacado a língua falada, e apesar de a Gramática Gerativa ter partido da competência (embora de um falante-ouvinte ideal), nem todos foram ainda convencidos da diferença entre saber uma língua e saber falar sobre ela. É por isso que na escola geralmente se pede ao aluno muito mais que ele fale sobre a língua do que que se expresse como sujeito. Quando se analisa um teste neurolinguístico - p.ex. o teste de denominação, de fluência verbal, os metalinguísticos, etc. - a semelhança com os testes escolares não pode deixar de ser notada. Talvez por isso o diagnóstico possa ser discutível. Do teste de descrição, por exemplo, diz Lebrun que "é uma espécie de teste escolar que pode não atrair absolutamente o paciente" (1983: 89). Acrescentamos que, além de não atrair o paciente, não se trata de teste com caráter definitivo, por privilegiar apenas uma das funções da linguagem, e numa situação e, sem dúvida, não a mais relevante para se concluir sobre o real domínio da linguagem por parte de qualquer sujeito, não apenas de pacientes afásicos.

O que as escolas fizeram e talvez, por extensão, os hospitais, foi subsumir todas as funções da linguagem na função metalinguística e considerá-la a medida única do domínio da linguagem.

Por oposição a uma linguística das formas, tem sido postulada uma linguística da enunciação, que tem suas origens na análise dos shifters (Jakobson), dos performativos (Austin) e da categoria de pessoa (Benveniste). Essas análises mostraram domínios em que é impossível dissociar da língua a atividade de quem fala, pois a língua não é mais vista como instrumento externo de transmissão de informação, mas como uma atividade entre dois protagonistas (Mainueneau, 1981:8). A partir desse ponto de vista, observou-se que a relação entre atividade do falante e língua não era exclusividade de certas classes de signos, mas que elas se constituíam apenas nos exemplos mais óbvios da presença da subjetividade na língua. Dessas análises surgiram duas oposições cruciais para esta nova maneira de conceber o objeto da linguística: enunciado-enunciação e língua-discurso. A linguística como estudo das formas exclui a enunciação e discurso como não pertinentes, enquanto que a teoria da enunciação inclui também enunciado e a língua, mas não lhes dá o lugar prioritário. São possibilidades que o falante escolhe para pô-las em funcionamento e enunciar seu discurso. É nesta escolha, e por ela, que o locutor se constitui como sujeito. O objeto desta teoria é pois o discurso, entendido como colocação da língua em funcionamento, exercício mutuamente constitutivo realizado pelos protagonistas do discurso, o locutor e o alocutário. Não se trata mais, pois, de estabelecer relações entre formas, mas de descobrir por quais regras se dá a atividade discursiva. Trata-se, pois, de um novo ponto de vista, dado que a língua, que era o objeto real da teoria linguística, é vista agora como virtualidade, porque, "antes da enunciação, a língua é apenas possibilidade de língua" (Benveniste, 1970:14). A enunciação é agora o real, porque só por ela a língua se realiza numa instância de discurso, que emana de um locutor e suscita uma enunciação de volta (Benveniste, 1970:14). Nesse sentido é que Benveniste define a enunciação como um processo de apropriação da língua, (1970:14). E nós acrescentamos que a língua não é dada, mas constituída pelos interlocutores, que se constituem por esse processo. (ver também

Franchi, 1975).

Desde que se disponha de uma teoria que permita visualizar métodos de análise do discurso, não há mais porque insistir apenas na análise da língua como virtualidade. Virtualidade de ocorrência, virtualidade de referência. Por que não a ocorrência real, a referência real<sup>(2)</sup>? Cabe mencionar Maingueneau, segundo a qual a língua enquanto sistema de signos não refere. São referem os enunciados - token, emitidos por um locutor determinado, para um alocutário determinado, em circunstâncias determinadas (1981: 9), já que referir constitui um ato realizado em função do alocutário (idem, p. 9) e é na enunciação que a língua se encontra em emprego como expressão de uma certa relação com o mundo (Benveniste, 1970:14). Assim como é secundária a forma, é secundário o significado literal, entendido como referência virtual. A verdadeira significação é a que o locutor pretende que o alocutário compreenda, e é por isso que a referência é parte integrante da enunciação. Trata-se, para o locutor, de referir pelo discurso e, para o alocutário, da possibilidade de co-referir identicamente, no consenso pragmático (Benveniste, 1970:14). A comunicação entre locutor e alocutário só é possível porque eles participam dos mesmos domínios de experiência, obedecendo a um certo número de regras em função do papel que têm na troca lingüística (Maingueneau, 1981:10) e não porque se utilizam de um código comum. Não se pode dissociar o sentido de um signo da sua significação no discurso. Por isso, a compreensão de um subentendido, por exemplo, não pode ser vista como acréscimo ou desvio do significado literal, mas como resultado de um processo em que se envolvem o locutor, o alocutário, um domínio de referência, certas leis discursivas, e certa relação com a gramática da língua.

É claro, pois, que se trata de um outro ponto de vista e que, em decorrência, o objeto da lingüística é outro. Que há muito mais processos lingüísticos de construção de significação do que pode imaginar a gramática ou prever a teoria das formas.

Segundo Benveniste, a enunciação é o fato de o locutor mobilizar a língua por sua própria conta (1970: 13). Quer com isso afirmar a introdução da subjetividade na língua, que se dá na verdade por um processo que faz com que cada enunciação seja um fato único e irrepetível, o que exclui como objeto da análise o enunciado-type, de significado fixo, higienizado das marcas conferidas pelo processo de interlocução.

Trata-se, na verdade, de uma inversão. A atividade do falante, que antes era excluída, agora é constitutiva e marca toda a língua. Quando o falante está em atividade lingüística, não pode apenas utilizar a língua como se fosse um instrumento a sua disposição. Na verdade, constrói enunciados reais e únicos.

Existem, como já dissemos, marcas formais explícitas dessa atividade subjetiva. As mais evidentes são os pronomes *eu* e *tu* e, em seguida, todos os outros dêiticos. São do código da língua de um certo ponto de vista, e por isso a lingüística das formas lhes confere um sentido fixo, deixando que sua referência seja dada pragmaticamente. Mas não é esse o caminho tomado pela teoria da enunciação, que se interessa pelo discurso. Para esta, qualquer significação é sempre pragmática. O termo *eu* não significa o locutor, mas "denomina o indivíduo que profere a enunciação" (Benveniste ,

1970:14). Vistos assim, todos os dêiticos são formas que "remetem sempre e somente para indivíduos" (Benveniste, 1970:14) e não a conceitos que independem da enunciação. "Eles são engendrados de novo cada vez que uma enunciação é proferida e cada vez eles designam novamente" (Benveniste, 1970:15).

Seria simplista dizer que a relação de apropriação do sujeito com a língua se dá apenas nesses poucos índices explícitos e que, no que concerne às demais formas, ela deixe de se dar. Tudo o que sai da boca do homem tem sua marca. Mesmo a asserção só é asserção porque o locutor assim decidiu. É a expressão de sua certeza no momento em que fala. Ou de algum jogo que faz.

Desta ótica, todos os processos gramaticais mudam de estatuto. Uma pergunta não é uma pergunta porque tem forma de pergunta. Mas porque um locutor em condição de fazer uma pergunta constrói uma enunciação que instaura novas relações entre ele e o alocutário. Benveniste (1970:15) menciona ainda os tempos verbais, a ordem e os modos verbais como lugares em que a subjetividade se manifesta.

Em resumo, e para nos repetir, trata-se de uma inversão. Para a lingüística das formas, a referência era dada para a maior parte das palavras e dos enunciados e a referência de alguns poucos elementos dependia do contexto pragmático. Para a teoria da enunciação, ao contrário, o que antes era uma exceção, é apenas o lugar mais claro da manifestação da natureza pragmática da linguagem. "O lógico gostaria de eliminar os dêiticos de sua linguagem, na medida em que, para ele, poder atribuir um valor de verdade a toda proposição bem formada, independentemente do contexto pragmático de sua enunciação, constitui uma exigência fundamental. Mas, se a necessidade do conhecimento desse contexto é a fonte da "ambigüidade" lógica dos enunciados dêiticos, ela é, ao contrário, a garantia de sua "não-ambigüidade" referencial no quadro concreto da troca lingüística" (Lahud, 1979:79).

As línguas naturais são pragmáticas por natureza. O que há, pois, como fato primeiro, é o discurso, cuja unidade é a enunciação. (Ver também Possenti, S., 1979).

A definição de discurso de Osakabe resume bem todas as questões por nós levantadas acima: "Do ponto de vista de sua natureza, o discurso caracteriza-se inicialmente por uma maior ou menor participação das relações entre um eu e um tu; em segundo lugar, (...) por uma maior ou menor presença de indicadores de situação; em terceiro lugar, tendo em vista sua pragmaticidade, o discurso é necessariamente significativo na medida em que só se pode conceber sua existência enquanto ligada a um processo pelo qual um eu e um tu se aproximam pela significação; e, finalmente, o discurso tem sua semânticidade garantida situacionalmente (...).

Do ponto de vista de sua extensão, o discurso constitui uma entidade mais ampla que a frase (a não ser que uma frase possa ser considerada discurso); em segundo lugar está limitado por dois brancos semânticos, que se devem quer à ausência pura e simples de uma cadeia significativa que o constitui quer à alteração do locutor" (Osakabe, 1979:21).

Chamamos de Análise do Discurso ao método utilizado (ou aos métodos

utilizados, porque não há uniformidade entre os que se dedicam a esta tarefa, para tentar abarcar esse fenômeno lingüístico assim concebido e delimitado. A Análise do Discurso não é, assim, interpretação de texto. Poderíamos valer-nos de novo de Foucault, que, embora não lingüista ou talvez por isso mesmo, foi extremamente feliz ao definir da seguinte maneira a tarefa da Análise do Discurso: Trata-se de "compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de seu acontecimento; de determinar as condições de sua existência, de fixar, o mais precisamente possível, seus limites, de estabelecer suas correlações com outros enunciados aos quais pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui. (...) A questão própria da Análise do Discurso poderia ser assim formulada: qual é essa singular existência que surge no que se diz e em nenhum outro lugar?" (Foucault, 1968:23).

Já dissemos acima que a enunciação por um locutor postula um alocutário. A enunciação pressupõe um locutor e um alocutário em atividade. Por isso, o diálogo é inerente ao discurso. Segundo Benveniste (1970: 16 e ss.), mesmo no monólogo.

É nessa perspectiva que Camaioni, de Castro Campos e de Lemos postularam um paradigma interacional para explicar o processo de aquisição da linguagem. Segundo esse ponto de vista, a aquisição da linguagem é um processo constitutivo, ao invés de depender de regras que operam sobre categorias previamente dadas (1980:5). Assim como a referência é construída no discurso, de forma negociada, na interação entre interlocutores, o que essas autoras mostram é que a própria aquisição se dá pelo mesmo processo, pois consideram que "it should look at language as a particular modality for structuring reality (together other modalities as action, perception, etc)." (ibidem. p. 6). Em outro trabalho, de Lemos mostra como essa interação dialógica é constitutiva da própria linguagem no infante (de Lemos, 1981), pois os dados empíricos de aquisição da linguagem se constituem em evidência de "...how the interlocutor's turn is incorporated by the speaker as a viewpoint upon which he builds up his utterance and his own perspective of the situation" (Camaioni, de Castro Campos e de Lemos, 1980: 20). Assim, a linguagem estrutura a realidade, é estruturada por ela, estrutura o diálogo e é estruturado por ele. Esse é o movimento discursivo.

Deve ficar claro, a partir da perspectiva teórica que estamos assumindo, que saber uma língua é algo bem diverso de saber falar sobre ela: i. é, demonstrar um conhecimento passivo das formas e das regras de combinação. É, antes, ter autonomia enunciativa, i. é, saber ser interlocutor, estar em relação com o mundo e com o outro, no processo discursivo já descrito, de modo pessoal, construindo o jogo interlocutivo. É saber falar e calar, ser claro ou ambíguo, jogar com o sentido "literal" e o metafórico, saber representar, enfim, construir-se como indivíduo pelo uso da linguagem. É enorme a distância que separa o locutor do que sabe, eventualmente, responder a questões metalingüísticas.

O que mais tem sido feito, sob essa ótica, é a análise de discursos, fundamentalmente, do discurso político (ver, por exemplo, a produção francesa (vários números da Langages) e brasileira (ver Osakabe, 1979 e Geraldi e outros, 1983). Analisando-se o discurso político, tem-se evidenciado basicamente duas coisas: por quais me

canismos discursivos alguém marca sua pertença a determinado grupo ideológico e de quais mecanismos discursivos se utilizam os políticos para persuadir seus interlocutores. A análise do discurso não se atribui como tarefa, nesse domínio, nem avaliar quem é o melhor político (qualquer um pode representar) nem tampouco qual a melhor ideologia. Sunerimos que não deve ser assim no que concerne ao discurso patológico.

Nesse caso, a análise deve levar necessariamente à comparação com o discurso não patológico, para que se possa proceder a uma avaliação do fato de linguagem emergente.

A avaliação deve ser considerada como um processo multidirecional (e unidirecional como os testes que apontam a falha, a falta), pois o objetivo é de tectar os processos discursivos que foram ou não afetados e os processos discursivos alternativos que os pacientes passam, possivelmente, a utilizar, de acordo com a gravidade e a natureza de sua patologia. Nesse sentido, a avaliação constitui-se numa mediação estruturante pela qual o examinador e o paciente conhecerão as alterações dos processos de significação ocorridas no sujeito após seu distúrbio. (Ver por ex. Françaço e Coudry, 1981). Conhecendo-as, o paciente poderá reestruturar sua realidade linguística. O que faz com que a interação paciente-examinador seja ao mesmo tempo diagnóstico e terapia.

Nesta última parte, tentaremos fornecer algumas pistas de avaliação e não proceder a uma análise exaustiva dos testes existentes. Nos exemplos que tomaremos, tentaremos mostrar como, dependendo da teoria linguística adotada, o examinador pode utilizar-se de procedimentos distintos para verificar se uma determinada função linguística (p. ex., a referência) é ainda de domínio do paciente.

Tomemos a questão da referência. Se se adotar uma teoria linguística das formas, considerar-se-á um *deficit* do paciente o fato de ele ser incapaz de dizer, quando perguntado, qual o nome de um determinado objeto ou pessoa<sup>(3)</sup>. Esse procedimento privilegia a função metalinguística em relação às outras e uma concepção de "saber a língua" ligada a ela, como dissemos acima. Mas a questão da referência não se esgota na função metalinguística.

O exemplo de Lebrun que citaremos evidencia claramente essa questão. Trata-se de um paciente que era considerado portador de uma afasia amnésica grave. Quando perguntado sobre o nome de objetos, dizia saber o que era mas não lembrar de como era chamado. Além disso, mostrava dificuldades nos testes de descrição e seus escores nos de fluência de palavras eram bem baixos. No entanto, diz Lebrun, "este homem conseguiu terminar um livro erudito sobre Tomás de Aquino, que tinha começado antes de sua doença" (Lebrun, 83: 90). O paciente declarou que tinha tanta vontade de terminar seu trabalho que as palavras de que necessitava lhe vinham à mente sem dificuldade.

Dizemos que a diferença no desempenho linguístico não pode deixar de estar vinculada a uma diferença de papel do mesmo paciente. Num caso, ele é o locutor, sujeito de sua própria enunciação, apesar do distúrbio que o acometeu. Presumivelmente, escrevia quando tinha vontade. Faz da língua o que quer, limitado apenas pela natureza do discurso que quer produzir: um ensaio. Seria interessante imaginar outras modalida

des de procedimentos avaliativos que lhe permitissem exercer o papel de locutor, procedimentos que deveriam considerar sua história prévia, sobretudo porque se sabia que era um escritor. Procedimentos avaliativos possíveis: escrever cartas, contar a um interlocutor definido o que ocorre no hospital, descrever o quarto, etc. Isso permitiria a avaliação direta da questão da referência por outros meios que envolveriam a consideração concomitante de outras funções lingüísticas, por um lado, e, por outro, sua independência como locutor. É a isso que estamos chamando de autonomia enunciativa.

Claramente, os testes a que foi submetido, em que não era locutor autônomo nem falava em contextos que poderíamos chamar de "naturais" de uso da linguagem, obscureceram sua autonomia enunciativa. Mas, ter redigido o ensaio até o fim revelou inequivocamente sua preservação. Seria inclusive interessante verificar se, no ensaio, a função metalingüística não ocupa papel relevante.

Ainda em relação à questão da referência: quando nos deparamos com os testes usuais do tipo "o que é isso?", que esperam como resposta que o paciente enuncie o nome do objeto, o que seria testar mais uma operação metalingüística do que lingüística, ocorre-nos sugerir procedimentos avaliativos diferentes. Eles poderiam avaliar mais de um aspecto lingüístico. Suponhamos que, ao invés de perguntar "o que é isso?", esperando que a resposta seja "uma cadeira", por exemplo, se pedisse a ele que se sentasse. Se ele se sentar, obviamente saberá para que serve uma cadeira e, portanto, identifica-a. Além disso, avalia-se sua capacidade de entender ordens ou pedidos cuja significação é do âmbito da enunciação. O que executou não foi apenas um gesto. É bom ter em conta que é assim que se procede usualmente com pessoas normais. Se se trata de avaliar o discurso do paciente em relação ao discurso normal, parece de correr que é interessante que se utilize com o paciente o discurso que se usaria com ele se não o fosse. O contrário é assumir previamente, de certo modo, que é patológico e deixar a ele o ônus da prova (cf. nota 1).

Vejamos um outro caso. Uma das marcas da autonomia enunciativa é a capacidade de fazer, eventualmente, usos diversos da língua, de acordo com a situação. Todos nós exercemos vários papéis e não utilizamos a língua da mesma maneira em todos eles. Em cada um deles, o locutor constrói diversamente seus enunciados, seja na variação de estilo, seja na escolha dos mecanismos de enunciação, de acordo com leis discursivas próprias. Nem todos, por exemplo, dão ordens em todos os lugares sociais por que passam e sabem disso.

Pelo que conhecemos, os testes baseados numa lingüística das formas se quer consideram essa questão pelo fato de subsumirem todas as funções lingüísticas na metalingüística. De nossa ótica, parece interessante imaginar procedimentos avaliativos em que o paciente seja solicitado a exercer atividades lingüísticas "como se fosse", levando em conta sua história prévia para que os papéis que se solicitar que re presente possam ser estabelecidos. Não sugerimos nenhum tipo de procedimento específico. Eles devem ser criados consideradas as peculiaridades de cada caso. Lembremos Lebrun (1983: 92): "...o problema crucial não parece ser tanto o desenvolvimento de



novas baterias de afasias, porém o aumento do número de profissionais altamente qualificados". Verificar sua capacidade de representar vários papéis é outra maneira de avaliar a autonomia enunciativa do paciente.

Esses dois exemplos nos ligam diretamente à idéia de que a linguagem é uma forma de relação com e de constituição do mundo.

Uma outra capacidade do falante normal é a de apropriar-se do discurso do outro. Seria interessante avaliar se tal capacidade permanece no paciente, se ele identifica, se apossa e marca discursivamente sua relação com o discurso de outros. Isso pode ser verificado em narrativas, se nelas houver discursos citados, e por exemplo em perguntas do tipo "O que é que X lhe disse ontem quando veio visitá-lo?", etc.

Há um caso mencionado por Lebrun que é extremamente revelador da preponderância da enunciação sobre o enunciado. É o caso Lordat (Lebrun, 82: 88), médico gravemente afásico. Embora não tivesse compreendido nada do que se falou numa visita de médicos (testes e perguntas sobre seu estado), compreendeu o diagnóstico de seus colegas. Foi pelo fato de os médicos terem falado em determinada situação, que ele, como médico, conhecia, e não por causa *do que* disseram, que ele entendeu o diagnóstico. Foi a enunciação a única responsável pelo processo de significação.

Não desejamos ser compreendidos além de nossas intenções. Quisemos sugerir um outro modo de ver as mesmas coisas. Quisemos conferir um lugar de destaque para a autonomia enunciativa, porque entendemos que as outras funções só podem ser adequadamente avaliadas se o paciente falar como locutor.

Dois coisas são cruciais: até que ponto o paciente está em condições de exercer seu papel de locutor e, decorrente daí, qual sua capacidade de construir, no uso que faz da linguagem, processos alternativos de significação.

---

#### NOTAS:

\* Este trabalho, em versão um pouco resumida, será publicado nos anais do Convegno Su "Analisi del Discorso e Retorica Naturale", Padova 16-18 dicembre 1982

1. É problemático considerar como um fato a existência de uma patologia. Qualquer fato só pode ser visto como patológico se houver uma teoria que o constitua como tal. "Nenhuma doença, sem dúvida, pode ser separada dos métodos de diagnóstico, dos procedimentos de isolamento, dos instrumentos terapêuticos com os quais a prática médica" (Foucault, 1975).
2. É interessante lembrar que Foucault, falando de outro lugar, diz que "o discurso é o conjunto sempre finito e atualmente limitado pelas únicas seqüências lingüísticas que foram formuladas". (1968:22).
3. "Quando um afásico não consegue nomear um objeto que lhe é mostrado, apesar de poder

reclamá-lo, se dele necessita, não é por causa de um déficit (supressão orgânica ou psicológica), que se poderia descrever como uma realidade em si; é que ele não é mais capaz de uma certa atitude face ao mundo, de uma perspectiva de denominação que, ao invés de aproximar-se do objeto para pegá-lo (greifen), distancia-se para mostrá-lo e indicá-lo (zeigen)" (Goldstein, apud Foucault (1975: 16).

---

#### REFERÊNCIAS:

- BENVENISTE, E. 1970. "L'appareil formel de L'énonciation". In: *Langages*, 17. Paris, Didier - Larousse. p. 12-17.
- CAMAIONI, L., de Castro Campos, M.F. & de Lemos, C.T.G. 1980. "On the failure of the interactional paradigm in language acquisition: a re-evaluation". in: Doise, W., Palmari, A. (eds.). *Social interaction in individual development*. Cambridge, Cambridge University Press. (a sair).
- de LEMOS, C.T.G. 1981. "Specularity as a process constitutive of dialogue and language acquisition". in: Camaioni, L., de Lemos, C.T.G. (eds.). *Questions on social explanation*. Amsterdam, John Benjamins. (a sair).
- FISHMAN, J. 1972. "The Sociology of Language". In: Giglioli, P.P. (ed.). *Language and social context*. London, Penguin Books. p. 45-58.
- FRANCHI, C. 1975. "Linguagem e atividade constitutiva". In: *Almanaque*, 5. p.9-27.
- FOUCAULT, M. 1968. "Sobre a arqueologia do saber". In: Foucault et al. *Estruturalismo e teoria da linguagem*. Petrópolis, Vozes, 1971.
- \_\_\_\_\_, 1975. *Doença mental e psicologia*. Rio de Janeiro, TB.
- FRANÇOZO, E. & Coudry, M.I.H. 1981. "Afasia como atropia". Trabalho apresentado no Encontro Internacional de Filosofia da Linguagem. Campinas, São Paulo.
- GERALDI, J.W. et al. 1983. "A interlocução no debate político". *Estudos Linguísticos* 7. Anais de Seminários do GEL, p. 131-149.
- JAKOBSON, R. 1960. "Linguística e poética". in: *Linguística e Comunicação*. São Paulo, Cultrix, 1970.
- LAHUD, M. 1979. *A propósito da noção de dêixis*. São Paulo, Ática.

- LEBRUN, Y. 1982. "Metalinguage in Speech Pathology". in: *The British Journal of disorders of Communication*, 17: 21-25.
- \_\_\_\_\_. 1983. *Tratado de Afasia*. São Paulo, Panamed. (a sair).
- LYONS, J. 1968. *Linguistique générale; introduction a la linguistique théorique*. Paris, Larousse, 1970.
- MAINGUENEAU, D. 1981. *Approche a l'énonciation en linguistique française*. Paris, Hachette.
- OSAKABE, H. 1979. *Argumentação e discurso político*. São Paulo, Kayrós.
- POSSENTI, S. 1979. "Discurso: objeto da lingüística". in: Possenti et al. *Sobre o Discurso*. Uberaba, FISTA, p. 9-19.